

"A produção do espaço em época de valorização financeira do capital": entrevista com Vera Pallamin

Ruy Sardinha Lopes*

Universidade de São Paulo – São Carlos

A presente seção objetiva fomentar o debate sobre a necessária conformação de um campo de reflexão e investigação ainda incipiente, a **Economia Política da Arte**.

Cada vez mais subordinadas aos ditames do capital e a um discurso que insiste em ver a produção simbólica como “desmaterializada”, isto é, alijada dos influxos provenientes da base material, a produção e reflexão artísticas contemporâneas carecem de um marco teórico capaz de ultrapassar a leitura reificadora, inserindo-as como elementos constitutivos da totalidade social. Se, como o leitor poderá perceber, vários são os aspectos e questões alocados por essa produção e pelo trabalho que lhe dá origem, a arquitetura vem ocupando nos últimos anos papel fulcral nos processos de valorização do valor, servindo, desta forma, de ponto de observação exemplar das injunções entre a forma mercadoria e a artística.

A **REVISTA EPTIC** abre pois essa seção entrevistando arquiteta e filósofa **VERA PALLAMIN**, professora doutora da Faculdade de Arquitetura da USP e pesquisadora dos seguintes temas: cidade, cultura e arquitetura contemporâneas, cultura urbana e espaço público, arte e esfera pública.

Vera Pallamin apresenta-nos suas reflexões sobre o papel da produção arquitetônica e da cidade na contemporaneidade, marcadas pelo processo da valorização financeira do capital, bem como a necessidade de um pensamento crítico, sobretudo no ensino dessas práticas profissionalizantes. Suas reflexões, embora detidas no âmbito da arquitetura e do urbanismo, oferecem inúmeras pistas para se pensar e investigar o lugar que as artes e a cultura vêm ocupando em tempos de instabilidades sistêmicas.

EPTIC - QUE BALANÇO VOCÊ FAZ SOBRE A PRESENÇA DE MARCOS TEÓRICOS CRÍTICOS NO CAMPO DA ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA?

VP - Início este balanço tomando a arquitetura sob a perspectiva da cultura, e reafirmando a aceção de que esta localiza-se na matriz social e histórica em que é plasmada, o que significa que na vida social contemporânea, a cultura se modula nas condições econômicas de produção, distribuição e consumo de mercadorias. Esta modulação se dá sob mediações

* Professor e pesquisador do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP de São Carlos e presidente da ULEPICC-Br.

que seguem o compasso de uma dada situação histórica, com seus limites, mas que também se modifica em função de suas leis internas. Entendo a arquitetura, como materializando e sendo materializada por estas relações sociais, por seus valores, conflitos e contradições.

Nesse sentido, retomo alguns aspectos que julgo essenciais na pontuação destes marcos críticos. Evidentemente não se trata de um mapeamento, mas de apenas traçar um eixo teórico cuja construção é resultante de trabalho em amplo espectro.

Reporto-me inicialmente a um comentário sobre Arquitetura feito por Adorno e Horkheimer, no início do texto sobre 'A indústria cultural', em *Dialética do Esclarecimento*. Neste trecho os autores comentam sobre a relação entre arquitetura, projetos de urbanização e cultura de massa, salientando como a cultura contemporânea – então em 1947 – dá a tudo um ar de semelhança: prédios administrativos e centros expositivos são muito parecidos, sequer denotando se foram erigidos em países autoritários, ou não; prédios antigos em centros urbanos parecem cortiços; construções novas e frágeis perfazem um elogio do progresso técnico e convidam ao breve uso; projetos de urbanização reforçam a subjugação de amplas zonas urbanas ao poder do capital. Este modelo da cultura, afirmam, é o da falta de identidade do universal e do particular. Mobilizando a crítica à fetichização da técnica e dos meios de comunicação, à homogeneização e ao caráter descartável da cultura na sociedade de mercadorias, a noção de indústria cultural nomeava, dentre outros aspectos, a produção de produtos culturais comercializados tendo em vista seu valor de troca e de consumo. De um ponto de vista interno, cabe lembrar, ainda vigoravam, naquele momento, distinções entre 'alta cultura' e a cultura popular, e a idéia de que determinados campos da produção simbólica tinham espaço e força de resistência à lógica da mercadoria, não se misturando com esta.

No andamento da história e caminhando para os anos sessenta, as mudanças a partir de então processadas no plano econômico, político, cultural e filosófico – alvos da análise do crítico marxista Fredric Jameson em '*Periodizando os anos 60*' – marcaram um movimento de reestruturação sistêmica do capitalismo que, incorporando as respostas engendradas pela crise do petróleo e recessão dos anos setenta, resultaram em mudanças estruturais no papel da cultura. Jameson analisou esta transformação num artigo seminal publicado em 1984 e intitulado 'Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio'. Esse título se repetiu em seu conhecido livro publicado em 1991 (e traduzido em 1996 para o português). Cinco anos depois, o geógrafo David Harvey publicou 'A condição da pós-modernidade – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural' (1989, traduzido

para o português em 1992), livro de ampla repercussão e com detidas análises de natureza materialista sobre arte, arquitetura e cidade, em que propõe a noção de compressão espaço-tempo como característica da reorganização sistêmica produtiva.

Naquele artigo de Jameson destaco três aspectos importantes: 1) sua análise de uma 'dominante cultural' pautada por um 'enfraquecimento da historicidade' (então evidente de modo emblemático no campo da Arquitetura); 2) sua hipótese de que estava em curso uma mutação fundamental no papel da cultura e em sua função social no mundo do capitalismo tardio: a cultura deixara de desfrutar de uma autonomia relativa (quando ainda, de certo modo, se colocava acima do mundo prático do existente) expandindo-se para outros domínios; 3) seu exame sobre as sérias implicações destas mudanças para a aceção de crítica enquanto oposição / negatividade, e seu pressuposto de distância crítica: ambos não podiam prescindir da noção do que Jameson chamou de uma 'distância estética mínima', que era justamente o que tinha sido eliminado no novo campo da cultura. Em meio ao movimento de expansão do capital e de colonização de setores pré-capitalistas ou resistentes à lógica e ao fetiche da mercadoria, absorvendo-os no sistema, a própria noção de cooptação já não se mostrava como suficiente para dar conta, teoricamente, daquela condição.

Nesta linha, nos anos oitenta e noventa, tratava-se de se explicitar os termos dessa 'Virada Cultural', como Jameson a nomeou, e das relações entre cultura e capital financeiro, que reinam até o presente. Naquele momento, já de plena consolidação da produção cultural de massa associada à mundialização do capital e às novas tecnologias de informação, ele chamava a atenção para o modo como expressões culturais se articulavam a novos graus de abstração operados no atual estágio econômico, em que o dinheiro atingiu alto grau de desmaterialização e autonomização, transmutando-se em formas cada vez mais complexas de papéis, títulos e derivativos (contratos), que operam como instrumentos de negociação e especulação financeira. No plano estético, modulando-se a esse processo de enorme fragmentação, o que em registro cultural anterior (grosso modo, no Moderno) era tido como ruidoso, chocante tornara-se assimilado, normalizado e vulgarizado, transformando-se em formas e meios de consumo. E, nota Jameson, assim como neste estágio o dinheiro vive de seu próprio metabolismo (como ilustram as atuais bolhas de especulação), também fragmentos e imagens se comportam autonomamente: "tudo é mediado pelo cultural", exponenciando-se sua mercadificação.

Além disso, na presente relação entre economia e cultura, a produção cultural tem ainda ido mais longe. Retomando aqui os termos do filósofo Anselm Jappe, nela se tem

aprofundado a cultura do fácil, assim como a relação entre a indústria do entretenimento e o impulso em direção ao narcisismo e à infantilização dos sujeitos: a televisão, a publicidade, os esportes de massa, assim como as novas técnicas de marketing contribuem para criar um consumidor dócil, infantilizado e narcisista, convergindo, sob novas potências, para as tendências regressivas já apontadas nos anos quarenta, por Horkheimer e Adorno.

Olhando-se a partir daí para o campo interno da arquitetura, e tendo-se em vista as mudanças ocorridas nestas últimas décadas, muitas estratégias têm sido desenvolvidas na disciplina para enfrentar a 'heteronomia' da prática arquitetônica. Dentre elas houve o pós-modernismo, o estruturalismo, a semiótica, as análises tipológicas, a fenomenologia, a desconstrução e o regionalismo crítico, para citar apenas algumas das mais significativas, sincrônicas a um notável elogio e investimento na dimensão formalista e estetizada da arquitetura. Cabe apontar, contudo, que um traço comum a esta pluralidade é a insistência em fazer uma crítica da arquitetura que deixa o sistema capitalista intacto, que separa a esfera de produção econômica do valor daquela da vida, que não confronta as reais relações que se dão entre a produção material e a produção cultural, simbólica.

Contraopondo-se a este distanciamento, saliento algumas linhagens críticas, sem querer totalizá-las, mas inter-relacionando-as aos marcos teóricos inicialmente mencionados: os trabalhos em torno da vertente da historiografia crítica elaborada na tradição do Instituto de História da Arquitetura de Veneza e de Manfredo Tafuri; as análises de Henri Lefèbvre repensando o estatuto da produção do espaço; a crítica da arquitetura e urbanismo entabulada pelos Situacionistas; as análises das relações entre economia urbana, paisagem edificada e mudança social. No plano nacional, as reflexões elaboradas por nomes como Sérgio Ferro sobre projeto, canteiro e trabalho, Roberto Schwarz sobre cultura e política, Francisco de Oliveira sobre a razão dualista, Otilia Arantes sobre o urbanismo em fim de linha, Ermínia Maricato sobre a metrópole na periferia, e Carlos Vainer sobre planejamento estratégico circunscrevem um núcleo (que congrega ainda uma série de outros autores não menos importantes), de crítica à produção da arquitetura e da cidade e da cultura que me parece incontornável.

Cabe observar que a vida social urbana na qual se assenta a arquitetura, com destaque ao que se refere às nossas cidades, traz em seu âmago a relação entre cultura e ilegalismos, que se espalha, contemporaneamente, em múltiplos circuitos urbanos, incidindo de modo vigoroso não apenas no âmbito da produção dos espaços, mas também no modo como são (ou não) praticados. Na compreensão destas redes e de suas lógicas e mercados ilícitos - tanto em suas conotações locais como em suas conexões com fluxos globalizados,

o trabalho crítico não pode tomar corpo a não ser em sintonia com as pesquisas que têm sido realizadas pela sociologia do trabalho e sociologia urbana, que subsidiam a compreensão dos modos e dispositivos envolvidos na cultura do medo e na acumulação social da violência, que são dominantes na cidade contemporânea.

EPTIC - QUAL O PAPEL DA ARQUITETURA NOS PROCESSOS CONTEMPORÂNEOS DE VALORIZAÇÃO E REPRODUÇÃO AMPLIADA DO CAPITAL, DOMINADOS PELA FINANCEIRIZAÇÃO?

VP - Na explicitação deste papel é essencial tratar a arquitetura em sua relação com as estratégias dos projetos urbanos que a contextualizam, nas quais se configuram as recentes paisagens do capital excedente. A própria noção de projeto urbano já carrega uma mudança conceitual em relação à cidade, pois veio substituir, por meio de intervenções pontuais, localizadas e desconectadas entre si, o que anteriormente era tratado sobre a ótica sistêmica e englobante dos planos urbanos. Projeto urbano, zoneamento de mercado e gentrificação (enobrecimento de áreas, concomitante à expulsão dos pobres que nelas habitam) caminham `pari passu` nesse processo. E em sintonia com o louvor à diversidade associada a esta fragmentação do tecido urbano, a configuração dos projetos de arquitetura se diversificou em jogos de linguagem cada vez mais estetizados, buscando multiplicar a rentabilidade entre capital simbólico e valorização imobiliária.

A partir dos anos setenta estas formas de intervenção urbana têm sido encabeçadas pela ideologia do empreendedorismo urbano (como analisa o geógrafo David Harvey), voltando-se para a economia política do lugar enquanto foco da concorrência intra e interurbana. Nessa disputa feroz, a arquitetura tem sido mobilizada como agente e suporte na exploração de recursos ou vantagens espaciais que fomentam e ampliam o consumo e as rendas associadas ao espaço. O espetáculo urbano (no sentido de Debord) foi canalizado para esta finalidade, sob distintas formas, a exemplo dos projetos de requalificação de determinadas áreas nos centros das cidades, projetos de museus, shopping centers, estádios, etc. Mesmo a arte pública, tanto a efêmera como a permanente, foi incluída na animação cultural destes cenários, frequentemente associados aos vários ramos da indústria do turismo.

Neste quadro é preciso , também considerar com atenção fenômenos que têm ocorrido em solo chinês, a exemplo da Zona Econômica Especial de Shenzhen: referem-se à produção de novas áreas urbanas numa intensidade sem precedentes, mobilizando o que tem sido chamado de 'arquitetura veloz', pautada em receitas de

desenhos para plantas e catálogos de implantação de conjuntos. Nessa dinâmica de urbanização, não conta tanto as piruetas formais dos edifícios, embora utilizadas em várias cidades para construção de ícones e iscas do consumo, mas sim a construção de núcleos replicantes. Trata-se de uma arquitetura que vem sendo feita sob enorme pressão quanto a tempo, velocidade e quantidade, num ritmo que prioriza o volume de construção, custos baixos de mão de obra, rapidez e lucro. Nesta situação, conforme documentado no livro 'The Great Leap Forward', têm sido postas em ação fórmulas como: 3 arquitetos + 3 computadores + 3 noites = um plano urbano. Vê-se como esta 'arquitetura veloz' verte-se para a erosão de uma noção de projeto assentada em todo um legado da história da arquitetura. Cabe notar ainda que estas operações não são práticas isoladas, pois como chama a atenção David Harvey, o processo urbano, no presente, se faz 'global': a China, neste seu ritmo de construção, consumiu, desde os anos 2000, quase metade da produção mundial de cimento. E países como o Brasil, por exemplo, beneficiaram-se disto exportando-lhe essa matéria-prima.

Uma segunda via asiática também significativa na relação entre a produção do espaço urbano e os processos contemporâneos de valorização e reprodução do capital pode ser encontrada na Coreia do Sul, com seus projetos de construção de novos núcleos urbanos, a exemplo de Incheon e Song-Do. São espaços projetados sob a ordem da alta tecnologia associada à estética das torres espelhadas, que se vendem como emblemas do otimismo máximo do presente; são imagens dos novos modos de efetivação da fórmula D-M-D' (Marx), suportes das operações de ficção financeira e dos graus de abstração agora operados sistemicamente.

Várias formas de valorização do valor têm sido acionadas conjuntamente nestes empreendimentos, tais como ganhos no mercado de ações voltado para o investimento e especulação imobiliários, renda absoluta (ligada à esfera da produção), rendas diferenciais (associadas às qualidades diferenciadas dos lugares e regiões ou derivadas de investimentos direcionados para determinados espaços), rendas fundiárias, rendas associadas ao capital simbólico, dentre outras. Nessa malha, o edifício enquanto valor assume a dianteira, empurrando para trás aspectos uma vez relevantes, como aqueles histórico-culturais; interessa o edifício como valor que se valoriza, tanto do ponto de vista urbano como no âmbito da circulação do capital, gerando rendas derivadas de aluguel ou venda desta imensa extensão de solo criado explorando as localizações urbanas. Na concreção da fórmula D-Arquitetura-D', diferenciações entre as arquiteturas tendem, em

muitos aspectos, a ser minimizadas ou codificadas, uma vez que o alvo prioritário é o excedente de capital (D').

Em 2008, a produção da arquitetura associada à financeirização sofreu, em países centrais, fortes abalos em função da crise iniciada nos Estados Unidos, associada à inadimplência no pagamento de créditos de hipotecas. O mercado imobiliário despencou não só ali, mas também em outros países, inclusive europeus, provocando enorme perda de valor. Nos países centrais alguns projetos foram suspensos e outros tiveram seu ritmo realinhado diante do novo quadro, cuja real dimensão e os efeitos estão ainda sob avaliação, dado seu caráter estrutural.

No Brasil, a dinâmica de construção tem se acelerado marcadamente na última década, tendo dentre seus maiores impulsionadores a política federal de financiamento de habitação do Programa Minha Casa Minha Vida (espalhando-se pelo território nacional) e da Copa do Mundo (em algumas das principais cidades). A partir de ambos, contudo, tem se erigido unidades mercantis, sem 'construir cidade' (e em muitos casos das moradias, sua natureza se assemelha à mencionada arquitetura rápida). Por outro lado, a partir de 2005, houve a abertura de capital de grandes incorporadoras e construtoras, permitindo-lhes financiar seus empreendimentos a partir de montantes consideravelmente ampliados (publicou-se, recentemente, que cerca de 60% dos atuais acionistas da Cyrela, uma das maiores construtoras deste país, são norte-americanos...).

Somam-se a estas mudanças a aprovação de instrumentos de intervenção urbana que favorecem a privatização e a concentração de capital na mão de fortes grupos financeiros. Em São Paulo, um dos mais recentes instrumentos deste tipo concretizou-se na lei de Concessão Urbanística, aprovada em 2009: via licitação, permite-se que obras urbanísticas aprovadas pela política municipal sejam realizadas por consórcio de empresas, sob a conta deste, de modo que a amortização de seus investimentos, assim como seus lucros advenham da exploração dos imóveis resultantes, destinados a usos privados, por um período determinado (de vários anos, definidos conforme o contrato). Para esta exploração comercial a concessionária terá direito à desapropriação (até então exclusiva do poder público), construção, venda, aluguel e toda forma de rentabilidade imobiliária disponível financeiramente nas carteiras do mercado. Este é o modelo que, apesar da luta em contrário da população local, foi aprovado por esta gestão municipal e a Câmara Municipal que lhe dá sustentação, para a Região da Luz (Projeto Nova Luz) e Rua Santa Efigênia, tendo como entidade concessionária um grupo formado pela AECOM Technology

Corporation (responsável pelo plano diretor das Olimpíadas em Londres em 2012), FGV – Fundação Getúlio Vargas, Companhia City e Concremat Engenharia.

Como se vê, as alianças entre políticas estatais e este urbanismo mercadológico, nesse conjunto aqui apenas esboçado, são variadas e imperativas no período contemporâneo, e têm sido consensuais quanto ao papel dominante que nelas cabe à arquitetura: o de criação de valor e de novos espaços de acumulação.

EPTIC - É possível se pensar, ainda, em fricções e resistências, interpostas pela produção arquitetônica contemporânea aos processos assinalados acima? Poderia nos dar alguns exemplos?

VP - A despeito da hegemonia desta forma de produção da arquitetura, é sempre preciso lembrar que ela se reporta a uma dominância em meio a um campo poroso e conflituoso, que seus modos materiais de efetivação são permeados de contradições, lacunas e imprevistos. Com isso, se as atuais condições históricas têm colocado enormes dificuldades para se pensar uma resistência ‘em bloco’, elas têm exigido a necessária construção de outros modos de vascularização dos fluxos de vontades sociais que se contrapõem aos danos maciçamente causados por esta matriz produtiva.

Esses fluxos, embora hoje sejam proporcionalmente escassos e alvos constantes de desfiguração, abrem-se em algumas frentes. E embora apresentem potências não similares entre si, sua força reside na possibilidade de sua confluência. No campo da arquitetura, um dos possíveis espaços de fricção é o do ensino, quando voltado para a formação crítica. Sabemos, contudo, que a maioria de nossas escolas de arquitetura tem propositalmente se afastado deste nas últimas décadas, graduando seus alunos prioritariamente sob os restritos ditames do mercado. Para isso não é preciso muito, sobretudo diante do desadensamento de conteúdo histórico e cultural que tem formatado os projetos de arquitetura. No entanto, é na formação crítica que se dá a explicitação dos termos históricos e políticos da concreção material, da (in)justiça social, das determinantes econômicas e das formas de subjugação e luta atuantes na produção social do espaço. E esta não se realiza sem estar alimentada pela pesquisa desenvolvida sob esta perspectiva, conformando uma vertente conjunta.

Na esfera da prática profissional arquitetônica, no país, iniciativas que se contrapõem à lógica dominante têm se mostrado no trabalho de assessorias técnicas voltadas para a construção de habitação social, com envolvimento com a população mais pobre. Estamos falando de um pequeno conjunto, e heterogêneo quanto às suas premissas

políticas, que trabalha com mutirões, urbanização de favelas e assentamentos precários, e com montantes de verbas estatais inversamente proporcionais à gravidade e extensão dos problemas enfrentados. Este trabalho, contudo, que é de indiscutível importância e que inclui ganhos sociais, também se faz em meio a contradições, uma delas residindo no fato de que estas unidades construídas acabam como mercadoria, repondo os pressupostos desta e realimentando o processo, só que por outra ponta.

Pela própria natureza da construção coletiva da arquitetura, e pelo fato de estar assentada em pilares sistêmicos como a terra e a propriedade, a ampliação das práticas que nela venham a ocorrer com caráter de resistência associa-se diretamente à organização de movimentos sociais efetivos, cuja força dissensual em relação ao estado tenha fôlego capaz de redistribuir os recursos espaciais existentes, ainda que em jurisdições específicas. O acesso ao saber-fazer arquitetônico, enquanto recurso, foi alijado da maioria de nossa população e acantonado em grande parte na produção de nossas cidades e metrópoles. Motivos não nos faltam para resistir a esta insana racionalidade. Por isso importa oxigenar todos os intervalos possíveis.

EPTIC - Em que sentido uma economia política da cultura pode contribuir para o bom entendimento destas inter-relações e para a construção destes marcos teóricos críticos?

VP - No presente, estamos no âmago de uma grave crise sistêmica, que veio à tona há três anos, e que tem sido considerada por alguns economistas, devido à sua profundidade, como a sucessora daquela que ocorrera em 1929, porém em proporções incomparavelmente maiores e mais complexas. Embora não exista quem se arrisque a fazer previsões, o que é certo é que serão operadas grandes transformações na dinâmica capitalista visando o seu rearranjo.

As turbulências econômicas que marcaram os anos sessenta, setenta e que desembocaram no neoliberalismo provocaram mudanças significativas no comportamento estatal, na forma de atuação das empresas e no desenvolvimento de novas forças produtivas. Tratou-se de fomentar o 'livre-mercado' reduzindo-se fortemente a ação do estado no âmbito da assistência social (educação, saúde, etc) e fortalecendo-a nas atividades que estimulassem a acumulação do capital. Agora, tem-se o oposto: diante da quebra no mercado, estamos vendo como o capitalismo está recorrendo maciçamente ao estado, para aportes gigantescos, para tentar estabilizar a crise financeira.

Para nossos termos em pauta, a questão que se coloca é compreender como isso já tem afetado e afetará as esferas da cultura e da arquitetura. A economia política da cultura, que trabalha no sentido da explicitação, nesta área, da dinâmica contraditória dos processos do capital, é central e insubstituível na compreensão crítica deste andamento, assim como na (re)configuração de seus marcos teóricos. As referências anteriormente citadas convergem neste sentido, elucidando os modos como no último meio século têm se dado as inter-relações da cultura com a mercadoria, com o valor, o fetichismo e o trabalho (concreto e abstrato), assim como as estratégias sistêmicas empregadas na articulação entre poder, propriedade e rentabilidade, visando concentração e acumulação de lucro.

No caso da arquitetura, sua coordenação com as transformações históricas e produtivas contemporâneas implicou, por um lado, incisivas alterações no modo de se produzir desenhos (via computação), na reorganização de escritórios (reformatando equipes profissionais e hierarquias internas), nas dinâmicas dos canteiros de obras, nas reconduções do projeto à funcionalidade do capital, ora afirmando os modos da ascendência simbólica da arquitetura sobre a cidade, ora reduzindo-a à replicação de espaços, ambas objetivando produzir a maior quantidade possível de valor.

O fato de estarmos, historicamente, presenciando um ponto de inflexão torna a tarefa da crítica ainda mais premente, tanto na demarcação de deslocamentos processados em relação aos registros atuais, como na proposição de acepções, hipóteses e instrumentos teóricos capazes de elucidar as flexões internas dos subsistemas, assim como suas articulações com as lógicas globalizantes. A crítica cultural materialista, tomada em ampla abrangência, inclui o exame crítico dos papéis a que a produção cultural tem sido submetida sob a matriz do valor como modo predominante de socialização. Nesse sentido, os desafios atuais interpostos à economia política da cultura são de monta e patentes, indicando à frente um vasto e necessário trabalho a ser aprofundado e detalhado, neste domínio epistemológico.